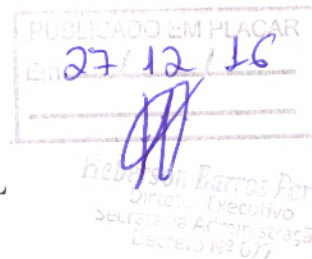




ESTADO DO TOCANTINS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO NACIONAL
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO



LEI N.º 2.342, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2.016.

“Autoriza o Poder Executivo a liquidar dívida por meio da dação em pagamento com bem público e dá outras providências.”

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO NACIONAL

Faço saber que:

A CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO NACIONAL aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a liquidar dívida com a empresa Neobraz Construções Eireli-ME, oriundo do Processo de Construção do Prédio da Subprefeitura de Luzimangues, por meio da dação em pagamento com bem público, assim descrita: “Uma área de terreno urbano caracterizada como APM na quadra SQ-01 QI-A Loteamento RIVIERA DO LAGO, situado no distrito de Luzimangues, município de Porto Nacional, Tocantins, com área de 727,63 m² (setecentos e vinte e sete metros e sessenta e três centímetros quadrados), sendo: 12,37 metros pelo Norte, com a Avenida 01; 38,46 metros pelo Nordeste, com a Rotatória; 3,76 metros pelo Leste, com a Avenida 02; 37,30 metros pelo sul, como o lote 09; 31,50 pelo lado Oeste, com a TO-080”, devidamente cadastrado sob Matrícula nº 75.977, do livro 02 do Cartório de Registro de Imóveis de Porto Nacional.

Art. 2º- As despesas decorrentes da escritura pública e transcrições correrão por conta de dotação orçamentária própria.

Art. 3º- Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PALÁCIO TOCANTINS, GABINETE DO EXCELENTÍSSIMO SENHOR
PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO NACIONAL, Estado do Tocantins, aos vinte e três dias
do mês de dezembro do ano de 2.016.


OTONIEL ANDRADE
Prefeito Municipal